
Signo em chamas: uma análise de discurso sobre o incendiário caso da estátua Borba Gato¹

Gabriela Vilela Palmeira FERREIRA²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O incêndio da estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo, trouxe à tona as questões colonialistas em torno da figura e seu uso no espaço público. Diante do problema monumental, este trabalho resolveu indagar se os corpos negros outrora silenciados, foram também capazes de comover a branquitude brasileira –tanto quanto o incêndio da estátua–, tendo em vista a história, a dor, ódio e violência sofridos. Sobre o evento incendiário, o programa multiplataforma *Morning Show* veiculou opinião, onde foi colocado em xeque a legitimidade do ato político, as questões de identidade e do colonialismo pertinentes ao caso. Para entender a problemática suscitada realizou-se uma análise de discurso bakthiniana, com o objetivo de compreender o contexto do enunciado da branquitude brasileira. Depreendeu-se diante do exposto que a branquitude mantém-se insensível à demanda negra, e articula-se para manter a forma social escravista, ao tempo que alavanca uma opinião pública que tenta homogeneizar o entendimento histórico sobre a questão colonial.

Palavras-chave: Borba Gato; ódio; poder simbólico; forma social escravista

Introdução

24 de julho de 2021. Em São Paulo, militantes e ativistas, do grupo Revolução Periférica, realizam uma ação política incendiária para lembrar que a memória não é uma ilha de edição. Borba Gato torna-se um signo em chamas, em sua estátua é colocado fogo na tentativa de “abrir o debate³” sobre a parcialidade da narrativa em torno dos bandeirantes. A ação em questão insere-se no bojo de uma série de protestos que tem a intenção de questionar a memória e a identidade nacional, pautada numa suposta importância civilizatória dos colonizadores.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiáspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação no PPGCOM-UFRJ, mestre em Sociologia, e-mail: jornalistagabrielapalmeira@gmail.com

³ Paulo Galo, considerado um dos autores do incêndio, ao se apresentar à polícia diz que o ato político foi pensado “para abrir o debate” <https://www.metropoles.com/brasil/preso-por-ato-contraborba-gato-rapaz-diz-que-quis-abrir-o-debate>

Embora haja um verniz mítico em torno da atuação e memória dos bandeirantes, pesquisas relatam que houve a construção de uma falácia, que buscou favorecer uma concepção de identidade nacional que os tomam como heróis. Só em meados do século XIX, que os sertanistas passaram a ser compreendidos como bandeirantes.

Ao longo da história do Brasil foram criados diversos símbolos como parte dos movimentos nacionais e nacionalistas. Uma dessas tradições inventadas é o papel heróico dos bandeirantes em nossa história colonial [...]. O Monumento às Bandeiras realizado pelo artista Victor Brecheret é uma obra imponente em frente ao Parque Ibirapuera na cidade de São Paulo. [...] De sua idealização na década de 1920 até a inauguração na década de 1950, a construção do Monumento às Bandeiras marca um projeto de constituição de uma identidade regional paulistana atrelada à figura dos bandeirantes. Bandeirantes representados como homens que desenvolveram a região, pioneiros que devem ser lembrados e seguidos [...] (PIUBEL E MELO, 2021, p. 65-66).

Foi nesse cenário que em 1950 foi erguida a estátua de 10 metros de altura do bandeirante Borba Gato, em São Paulo. Seu imponente tamanho na praça Santo Amaro-SP é sintoma de uma questão brasileira: a forma social escravista (SODRÉ, 2021).

Erguida como parte de um conjunto de homenagens aos bandeirantes na tentativa de construir uma identidade nacional e paulista usando-os como base, o monumento dedicado à Borba Gato não é somente uma alusão à escravidão, mas expressa o Poder Simbólico (1989). Sua presença na cidade não funciona somente como parte de uma memória ligada ao colonialismo, mas como parte fundamental de um ideário que ainda acredita numa história gloriosa, mítica, desenvolvimentista e, principalmente, de dominação.

Então, quando militantes e ativistas antirracistas tomam uma atitude incendiária, acabam confrontando diretamente o *status quo* que ainda paira sob a figura de Borba Gato, e conseguem estimular a opinião pública, em especial, a imprensa sobre o caso. A ação, que ocorreu no dia 24 de julho de 2021, acabou produzindo um debate social acerca dos bandeirantes, da história oficial e da questão patrimonial em torno da presença de estátuas que homenageiam e representam escravistas e colonizadores.

Uma vez que a História é resultante e refere-se à contínua trajetória das experiências sociais, pode-se inferir que não há um monopólio sobre a mesma, logo, sua representação está em constante disputa pelos agentes sociais. Por isso, a problemática em relação ao incêndio da estátua captura, além da noção de História, o

discurso dos agentes, já que Borba Gato em chamadas trouxe as questões colonialistas em torno da figura e seu uso no espaço público.

Perseguindo esse entendimento, o ato político despertou nesta autora uma percepção, tal qual Hatman fez sobre a Vênus que pesquisara, de que os corpos negros violentados pelo colonialismo e escravidão, podem ter rompido, a partir da ação do grupo Revolução Periférica, o “[...]curso esperado e usual de invisibilidade e a catapultou do subterrâneo para a superfície do discurso” (HATMAN, 2020, p. 14).

A atitude do grupo pôs em xeque à sociedade brasileira o que aconteceu ao longo dos séculos coloniais e pós coloniais: as mortes e os corpos-mercadorias. Ao tempo que isso foi colocado em questão, este trabalho indaga se os corpos outrora silenciados, foram/são capazes de comover a branquitude brasileira, tendo em vista sua importância histórica, a dor, ódio e violência sofridas? E também pergunta como o caso do incêndio pode trazer à tona o enunciado da branquitude brasileira?

Portanto, para melhor delinear os interesses da pesquisa, torna-se fundamental recortar a branquitude brasileira como categoria analítica e agente social ideológico. É objetivo deste trabalho entender o discurso da branquitude em relação ao caso. Para empreender esta tarefa realiza-se uma análise de discurso bakhtiniana do programa multiplataforma *Morning Show*, veiculado abertamente no Youtube, que dedicou uma edição para o debate de opiniões sobre o fato. Este programa foi selecionado por acreditar que possui relevância e consistência ideológica em relação ao discurso da branquitude brasileira e sua concepção de identidade, assim como possui um público engajado e consonante com a ideia, segundo foi observado a partir das 9,5 mil curtidas; 3.810 comentários; 174.973 visualizações, dados coletados até o dia 15 de julho de 2022, no vídeo. Esses números podem mostrar a reunião da branquitude em torno do discurso.

Pode um Negro contestar?

“O ato que foi feito no Borba Gato foi para abrir um debate [...], pra que esse debate ocorra e agora as pessoas ‘possa’ decidir se elas querem uma estátua de 13 metros de altura, que homenageia um genocida, um abusador de mulheres”, essa foi a fala de Galo, principal suspeito do incêndio, aos jornalistas quando se apresentou

voluntariamente à Polícia Civil de São Paulo para prestar depoimento sobre o incêndio. Após a apresentação, ele e sua esposa, Gêssica Barbosa, foram presos.

O aprisionamento de Galo e Gêssica pode traduzir como o Estado e a branquitude brasileira interpretaram a ação. O desenrolar do incêndio da estátua de Borba Gato –figura histórica baseada em uma construção mítica– retrata o trato com os negros e negras do Brasil contemporâneo. Isso não é apenas sobre uma prisão injusta, mas como uma ação política encabeçada por negros tornou-se parte das estatísticas oficiais de encarceramento (de negros), e como a prisão pode ser entendida como uma tentativa de silenciar as ações políticas e coletivas de caráter antiracistas e anticolonialista, que questionam o *status quo*.

A partir da noção de lugar de fala, pode-se analisar que

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência (RIBEIRO, 2017, n.p.).

Assim, a prisão pode ser compreendida como uma tentativa de subtração do lugar de fala histórico que Galo e Gêssica reivindicaram e resolveram ocupar ao denunciar, contestando a homenagem que existe no espaço público paulista, contrariando, dessa forma, os grupos que estão no poder, e que se sentem incomodados com os grupos minoritários que avançam em seus direitos (RIBEIRO, 2017).

O espaço, o *locus* social, que abriga o monumento possui elementos que serviram como definidores e catalisadores dessa ação coletiva, já que o local trata-se da antiga Vila São Paulo de Piratininga (atual cidade de São Paulo). A Vila, lugar do antigo Brasil colônia, onde negros da terra (indígenas) e negros africanos foram escravizados, atualmente é uma cidade que faz parte de uma República Democrática, mas que ainda possui negros em uma situação subalternizada e racista. A ação coletiva contestou, diretamente, esse *locus* social e a questão simbólica em torno da estátua, ligando-a ao passado em que a escravidão era legal e normalizada, e os negros sequer eram alçados à categoria de humano. Vale lembrar que a ação coletiva é entendida

como sendo uma ação comum que visa atingir fins comuns, podendo ser fruto dos interesses individuais compartilhados (BODART, 2014).

Então, pode-se inferir que naquele momento, o ato incendiário foi realizado com a finalidade de disputar uma narrativa histórica sobre a escravidão em torno da figura dos bandeirantes de São Paulo, representada ali pela estátua de Borba Gato. Quando Galo e o movimento Revolução Periférica resolveram articular e realizar a ação, fizeram emergir uma contenda no campo político, que trouxe à tona a disputa entre dominantes e dominados, e, conseqüentemente, colocou em questão o poder simbólico que circunscreve o monumento.

Uma vez que confrontou o poder dominante –entendido aqui pelas instituições brasileiras já consolidadas, como a prefeitura de São Paulo, e a branquitude–, a ação coletiva fez oposição direta ao sistema simbólico que baliza a memória da cidade e da praça. Sobre o sistema simbólico, o sociólogo Pierre Bourdieu irá refletir

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências [...] (BOURDIEU, 1989, p.09).

Estruturado no mundo social, o sistema simbólico encontra-se arraigado no poder dominante. Logo, o monumento à Borba Gato representa diretamente esse poder simbólico, e seus 10 metros de extensão relembram diariamente à cidade de São Paulo que a dominação racista prossegue. A violência, agora, se perpetua também sob a forma de violência simbólica.

[...] Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2012, p. 8).

No contexto acima, a contestação pode ser compreendida somente como resultado da disputa entre os agentes sociais em torno de Borba Gato e da história. Mas, para além dessa situação, ela pode também ser observada como uma oportunidade política nas estruturas, já que a ação coletiva em uma democracia pode produzir relevantes mudanças sociais.

[...]experiências democráticas reais e as teorizadas, até o início do século XIX, possuíam, em maior ou menor grau, limites à oposição implícitos – como na restrição à participação ou na aceitação da dissensão com ressalvas – e explícitos – a exemplo da proibição à contestação das liberdades individuais [...] (MONTE, 2018, n.p.).

Porém, na atualidade, se vive sob a égide de um Estado Democrático de Direito que compreende o direito à liberdade de expressão como fundamental. Mesmo assim, essa premissa não garante que a fala e o ato que contesta o *status quo* sejam resguardado enquanto direito. Numa situação ideal, sob as regras do jogo democrático, “[...]qualquer tipo de proposta político-ideológica estaria apta, a priori, a participar [...]. Isso seria uma das características procedimentais primordiais da democracia, a possibilidade plena de contestação/oposição (além da participação)” (MONTE, 2018, n.p.).

O mundo social encontra-se em constantes transformações. Em especial, há a constituição de uma demanda política e social do Sul Global – onde o Brasil está inserido – que tem assumido uma posição epistemológica e tem reivindicado justiça por seu passado. Então,

O decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômico e político, penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após “o colonialismo” propriamente dito ter se esgotado em seus territórios (SANTOS, 2018, n.p.).

Pode-se inferir que a questão decolonial tem gerado uma demanda social tanto na academia, quanto na vida da cidade, inclusive na relação com o espaço público. Uma ação, como o incêndio da estátua de Borba Gato, não deveria ser vista como uma questão referente ao patrimônio público, mas como resultado da busca por justiça social, que está no bojo de muitas ações que ocorrem no mundo. No entanto, esse entendimento passou ao largo de uma parcela da branquitude paulista, que fez questão

de prestar os primeiros socorros à estátua, após a tentativa de incêndio, para mantê-la limpa em sua imagem-memória.

Em São Paulo, a hierarquização senhorial fica exposta, por exemplo, nos monumentos realizados em memória aos bandeirantes, que se colocam no espaço como objetos que concretizam a hierarquização cultural. No caso deste incêndio, população e noticiários puderam observar o movimento de solidariedade social da branquitude: limpeza e restauração para que o monumento e a memória mítica dos bandeirantes permanecessem limpos, sem os vestígios de contestação da história real. A hierarquização, assim, perpetua-se no poder simbólico contido na estátua de Borba Gato.

O caso incendiário pode aglutinar a branquitude paulista por meio da restauração e do lema “Viva Borba Gato”, pichado na escadaria Marielle Franco em São Paulo. Esses fatos auxiliam a pensar como o sujeito branco político expressa a constituição da opinião (de parte) da branquitude: “[...] à experiência da própria identidade branca que, segundo Ruth Frankenberg (2004), é vivida imaginadamente como se fosse uma essência herdada e um potencial que confere ao indivíduo poderes, privilégios e aptidões intrínsecas” (FRANKEBERG *apud* SCHUCMAN, 2014, n.p.).

Acerca dos poderes e privilégios que persistiram após períodos coloniais, considera-se como continuação desses a veiculação de opinião em canais de comunicação, conforme ocorreu no dia 29 de julho de 2021, no programa *Morning Show*, exibido pela Jovem Pan na televisão e no Youtube. Nesse dia, após Galo se apresentar na delegacia e falar sobre as intenções da ação, o *Morning Show* pareceu oferecer-se como porta-voz da branquitude brasileira. Sobre esse aspecto a seção a seguir irá debruçar-se.

Borba Gato, um signo em chamas

“Ele quis levantar o debate, Paulo Mathias, e conseguiu [...]”, afirmou Vinícius Moura, em tom irônico, nos segundos iniciais do programa *Morning Show*, ao ser questionado sobre a explicação de Galo na delegacia. A ironia empregada foi além de um mero recurso estilístico, e transmitiu naquele momento uma parcela das emoções que conduziram o debate, que seguiu em dezessete minutos de vídeo no Youtube.

Nesse sentido, a opinião produzida no programa está atravessada por uma estrutura dialógica, transubstanciada na materialidade do discurso, e apresentada pela “[...] unidade real da comunicação verbal: o enunciado. A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala (BAKHTIN, 1997, p. 289)”. A partir disso pode-se inferir também que o discurso corrobora para compreensão dos aspectos ideológicos, já que “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados (BAKHTIN, 1997, p. 291)”, o que o torna parte, conseqüentemente, de uma cadeia de comunicação.

Para começar a esmiuçar essa cadeia de comunicação, salienta-se que no primeiro minuto do programa, o sarcasmo predomina na fala dos comentaristas em relação à prisão de Galo e a ação política realizada. O sarcasmo como recurso estilístico é provocador e agressivo, e, geralmente, constitui-se por escárnio e zombaria. Essa tomada de posição será recorrente no programa, onde poucos segundos após Paulo Mathias mencionar o nome de Galo para referenciar sua apresentação à polícia, Joel Pinheiro, perguntará: “Qual o nome do sujeito?”, depois disso, o nome será trocado algumas vezes pelos comentaristas: “Pato ou Galo?”, talvez com uma intencionalidade jocosa e provocadora para questionar tanto a validação política do militante, quanto a validade democrática do ato.

Corrobora para a subestimação tanto do ato incendiário e de seu autor a explicação do comentarista Joel Pinheiro quando indagado por Paulo Mathias, sobre seu julgamento acerca do incêndio.

Vamos lá... o incêndio é um ato injustificável, o incêndio é um ato criminoso. Primeiro lugar, porque ele gera risco à vida, independentemente de onde, de uma estátua, a coisa pode dar errado. Tinha um posto de gasolina ali do lado, a coisa podia facilmente sair do controle, e causou, portanto, risco a várias vidas. Segundo ponto, patrimônio. Você não pode destruir patrimônio público ou privado, assim, ao seu bel prazer, não importa o quão boa você ache que seja a sua causa. Eu entendo, pode ter gente que pode ser contra a estátua de Borba Gato. Existem meios legítimos e legais para você tentar pleitear tirar um monumento, tirar uma estátua, e dar suas justificativas. O incêndio não é um desses, mesmo porque se a gente aceita a lógica do incêndio: “ah, mas era um bandeirante, não-sei-o-quê”. Tá bom, próximo passo dos incendiários: bom, a igreja católica fez muita coisa, muito ruim [...]. Então, ‘vamo’ começar a queimar igrejas. Essa lógica não tem fim, se a gente aceita um negócio desses, o próximo passo tá óbvio aí também. Então, o ato do incêndio é inaceitável e é criminoso [...] (SANTANA, 2021).

A partir da fala de Joel, apreende-se, primeiramente, que o evento incendiário não é interpretado como uma oportunidade política para a democracia – como foi analisado na seção acima, as ações coletivas podem por meio da contestação apresentar as demandas sociais, disputando a política –, tampouco serviu para problematizar os signos coloniais que ainda se colocam no espaço público. Seu entendimento apela para uma resolução dos problemas monumentais apenas por vias legais, como se qualquer outra problematização e ato político não fosse legítimo para dar voz e visibilidade às dores e memórias negras em relação ao passado colonial.

Ao circunscrever o acontecimento como “criminoso” e destruição de patrimônio público, ele não alcança a percepção das relações de poder que a estátua exerce no espaço paulista, em especial, no campo político. O colonialismo de que Borba Gato foi cúmplice e algoz na história brasileira é invisibilizado, naturalizado, velado, o que pode ser explicado pela teoria bourdieusiana.

[...] Num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que –sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma– é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1997, p. 7).

Dessa forma, o poder simbólico presente no espaço social na figura de Borba Gato não é compreendido como tal. Joel, ao exortar como o movimento deveria ter agido em torno da questão, afirmou que “existem meios legítimos e legais para você tentar pleitear tirar um monumento, tirar uma estátua, e dar suas justificativas”. Provavelmente, sem saber, trouxe à tona a indiferença à memória dos negros massacrados, e colocou em contradição a limitação da lei paulista em torno das homenagens às bandeiras. Pois,

Ainda hoje, mais de dois séculos após as últimas bandeiras, a questão da escravidão indígena causa polêmica na Câmara Municipal de São Paulo. No Auditório Freitas Nobre, localizado na área externa do Palácio Anchieta, sede da CMSP, há uma placa em homenagem aos prefeitos Francisco Prestes Maia e José Vicente de Faria Lima. Fixado em 7 de setembro de 1969, inauguração do Palácio, o objeto traz a frase “Floresceu outrora, às margens do Anhembi, sob a égide de São Paulo Apóstolo a Vila de Anchieta e Nóbrega. Cresceu,

expandiu-se à mercê dos aventureiros bandeirantes à busca do ouro, índios e diamantes, dilatou as fronteiras da pátria”. Para alguns, a palavra “índios” aparecer entre “ouro” e “diamante” põe os indígenas como bem material. Por isso, em 2002 o vereador Nabil Bonduki (PT) apresentou o projeto de resolução (PR) 12/2002, solicitando a retirada da frase da placa. Na justificativa, o parlamentar afirma que a Câmara não deveria enaltecer a ação dos bandeirantes que saíram à busca dos povos indígenas com o intuito de escravizá-los, tratando-os como mercadoria. “É inaceitável que uma instituição que acolhe e representa o povo mantenha uma inscrição que perpetua visão preconceituosa contra os povos oprimidos, que estão nas raízes de nossa formação étnica e cultural”, afirma Bonduki. O projeto foi arquivado por mudança de legislação [...]. (GARCIA, 2014, n.p.).

O projeto, apresentado em 2002, até a data atual não resultou em mudanças. Mesmo tratando da inscrição de uma placa dentro do espaço legislativo, a resolução dessa demanda social não foi alcançada. Então, quando o comentário é somado a essa situação, pode-se inferir, preliminarmente, que o Estado de São Paulo não atua prioritariamente para sanar as demandas em relação à memória social, mantendo-se insensível à dor das mortes negras e indígenas, das vidas que foram mercantilizadas e sujeitas às legislações coloniais.

Esses fatos quando articulados à opinião produzida pelo *Morning Show*, à restauração da estátua de Borba Gato e à postura da câmara paulista, podem fornecer indícios sobre a insensibilidade em torno das demandas e questões coloniais que envolvem o Brasil contemporâneo, e põe em xeque também as possibilidades de altruísmo humanitário, que envolvem (ou não) a branquitude. Sobre a mobilização de compaixão por meio do discurso midiático, Boltanski irá questionar: “Em que condições o espetáculo de sofrimento distante, trazido pela mídia é moralmente aceitável?” (BOLTANSKI, 2004, p.17). Buscando resposta, ele irá propor que há

[...] a confluência desses dois conjuntos de restrições –político-técnico-necessidades e demandas morais– nos levaram a reabrir a discussão sobre os dois temas um tanto fora de moda: compromisso e ideologias. Com efeito, quando confrontado com o sofrimento, todas as demandas morais convergem para o único imperativo de ação. Compromisso é compromisso com a ação, a intenção de agir e orientação para um horizonte de ação. (BOLTANSKI, 2004, p.17).

Então, a exibição midiática do sofrimento trazem benefícios quando engajam comprometimento e imperativo da ação. Se, por outro lado, motivam a dessensibilização, contribuem para a manutenção do *status quo* de uma determinada questão. Ressalta-se que se a mídia é capaz de provocar a comoção, ela também pode

convocar a indiferença e ao ódio. Esse (des)caminho da sensibilidade pode ser experienciado no comentário e cobertura do *Morning Show*, sobre o caso do incêndio da estátua de Borba Gato, ao comparar a ação política a um ato terrorista, e ao constantemente colocar o militante Galo como um agente do terrorismo.

Esse fato está reproduzido na fala de Kamila Pavão – ao chamar a atenção de Joel Santana, que discutia e discordava de Adrilles Jorge, comentarista e ex-participante do programa *reality show* BBB (Big Brother Brasil), quando o mesmo insistia que o enquadramento do caso era uma questão de terrorismo, comparando o incêndio da estátua à explosão de um banco: “Joel, Joel [...]. Independentemente, ô, Joel, pensa comigo: você vai queimar qualquer coisa, em qualquer lugar que seja, no meio da cidade, aqui, tendo posto (de gasolina) ou não perto, isso traz risco pra sociedade” (PAVÃO, 2021). Kamila afirma rapidamente que Joel está defendendo a ação, enquanto ele diz que não está. Todos os comentaristas, exceto Joel, parecem consensuar, afirmando que o ato foi terrorismo.

Aqui, a dessensibilização da realidade e da história social, por meio dos comentários sobre o fato, demonstram como o sofrimento dos corpos silenciados pela escravidão não foi capaz de comover e sensibilizar em prol de uma justa compreensão baseada na questão decolonial e antirracista sobre o incêndio.

Nos comentários, exceto por Joel que foi contra a prisão preventiva de Galo e Gêssica, há o reforço da associação do casal ao terrorismo, e de como o caso seria uma forma de promoção do terror social. Ao endossar essa opinião, fica nítido como há a formulação de um discurso odioso à reivindicação por justiça em relação ao período escravocrata brasileiro, e deixa claro que o “[...] ódio cumpre uma função de controle social, e um dos atributos que impulsionam este potencial da emoção é o seu caráter comunicativo” (FREIRE FILHO, DOS ANJOS, 2021, p.16).

Uma tese da branquitude brasileira

Ao longo dos comentários, apresentados nos dezessete minutos do vídeo analisado, se destaca uma fala de Adrilles Jorge. Seu teor parece apresentar uma tese, e será considerado aqui, em conjunto com os fatos já mencionados, como a argumentação da branquitude acrítica brasileira sobre o caso:

[...] Falando especificamente sobre o tema. O garoto é muito mais sintoma de um ressentimento travestido de justiça, que coloca a culpa

em monumentos, na história, nas pessoas, que é exatamente o sintoma de um tipo de esquerda identitária que faz esse famigerado conceito de dívida social. Isso é ensinado, isso é ensinado em escolas, em universidades, isso é reverberado em mídia, em grande mídia e nas redes sociais. Esse ódio travestido de justiça de uma esquerda identitária que se coloca como vítima social de tudo e de todos, começa exatamente assim: queimando patrimônio público, agredindo pessoas, cerceando vozes, e quando você tem um Supremo Tribunal Federal, uma justiça hegemônica que persegue vozes também, que eventualmente faz associação entre nazismo, reacionarismo e conservadorismo. Tudo isso, eu acho que alimenta a psique de um tipo de nova geração, ressentida e que joga qualquer tipo de frustração pessoal nesse espírito de coletivismo que apaga a história, não relativiza a história, joga nas costas de Borba Gato, um bandeirante, espírito de seu tempo [...]. Ou seja, isso é ensinado em escolas, em universidades e em mídia: esse atropelo da história, essa causa de endividamento social, travestido de justiça, é inoculada nessas novas gerações, e elas são muito mais sintomas desse tipo de hegemonia, de um tipo de cultura esquerdista, progressista que vê com ódio qualquer tipo de forma de coisa que ela não consegue entender como opressão [...] (JORGE, 2021).

O comentário de Adrilles traz à tona questões em torno da identidade, e de como a branquitude pode conceber esse ponto, deslocando a identidade do processo de reconhecimento para um ressentimento individual, que ressoa na política. O comentarista formula uma análise focada na ideia de vitimismo social, que também, segundo ele, geraria o “famigerado conceito de dívida social”, alçando a história a somente um percurso linear, resultante de um processo totalizador e homogêneo, ditado pelo colonizador. A fala corrobora para o acordo mítico da memória brasileira, e expõe que “[...] essa união e solidariedade da branquitude independente de suas diferenças teria um objetivo comum: a manutenção do *status quo*, isto é, a conservação dos privilégios que o grupo branco obtém [...]” (CARDOSO, 2010, n.p).

Ao entonar a voz, Adrilles Jorge lança um tom persuasivo que angariou exitoso apoio do público nos comentários do vídeo. Afinal,

[...] toda a compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela compreensão responsiva ativa e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente” (BAKHTIN 1997, p.290).

O ancoramento na compreensão responsiva ativa, demonstra, para além da opinião falada – ou melhor, digitada, no caso dos comentários no YouTube no vídeo do programa *Morning Show* –, o exercício da cumplicidade da violência perpetrada pelo

poder simbólico (BOURDIEU, 1997) sustentado em torno de Borba Gato, o signo em chamuscas.

Buscou-se nas linhas acima desconstruir o discurso da branquitude brasileira. Já que essa

[...]desconstrução deve ser a de demonstrar a suposta neutralidade da identidade racial branca que faz com que grande parcela da sociedade tenha privilégios mas não os perceba. Maria Aparecida Bento (2002) argumenta que os brancos em nossa sociedade agem por um mecanismo que ela denomina de pactos narcísicos, alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo, pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro, no universo social. Assim, a branquitude é "um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade" (p. 5) (SCHUCMAN, 2014, n.p.).

Nesse sentido, podemos inferir que, tacitamente, o ódio está presente nas entrelinhas do discurso, mascarado sob a cosmética da opinião. Explicitamente, a ojeriza manifesta-se em relação ao protesto e à figura do militante Galo a partir das emoções que foram mobilizadas nas falas exploradas. Por isso, “[...] enxergar as emoções como fatos sociais [...] é importante para apreciar a sua capacidade micropolítica, isto é, seu potencial para alterar ou reforçar relações de poder (FREIRE FILHO, DOS ANJOS, 2021, p.18)”.

Um aviso de incêndio indica uma saída: notas conclusivas

Buscou-se nesse trabalho realizar uma observação micropolítica do incêndio da estátua de Borba Gato, por meio da análise do discurso e dos afetos por ele mobilizados. A repercussão midiática do evento pode ser considerada uma experiência racializada, uma vez que o desdobramento da opinião investigada demonstrou ódio e ojeriza à ação política de denúncia à manutenção de narrativas colonialistas. Constatou-se que houve uma cobertura pautada não pela criticidade da história, mas pela preferência pela manutenção de uma memória mítica da mesma.

Depreende-se diante do exposto que a branquitude acrítica mantém-se insensível à demanda social negra, e articula-se entre si para manter a forma social escravista (SODRÉ, 2021) – que aparece na forma concreta e sensível, e pode ser apreendida

intelectualmente –, ao tempo que alavanca uma opinião pública que tenta homogeneizar o entendimento histórico sobre a questão colonial.

O incêndio, segundo o exposto nas linhas acima, pode servir como um aviso de saída para que o Brasil, como estado nação, encontre a viabilidade democrática e oportunidade política em ações coletivas que escancaram os aspectos coloniais que ainda envolvem as entranhas e ruas do país, possibilitando, assim, a ruptura com a memória mítica. Portanto, as políticas públicas relacionadas à promoção de igualdade racial se constituem como importante ferramenta para a desconstrução mítica da história dos negros africanos e negros da terra (como os indígenas, os povos originários, eram chamados pelos bandeirantes) para que a branquitude possa sair da sua posição narcisista, apresentada no *continuum* hegemonia cultural e norma.

Referências bibliográficas

BODART, Cristiano das Neves. Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social. 315 f. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-04082016-162239. Acesso em: 10 fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Dominação masculina. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Vozes, 1997.

BOHRER, Saulo Santiago. Mercado de Seguros Luso Brasileiro: A Casa de Seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831). 176 f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense. Acesso em: 03 março 2022.

BOLTANSKI, Luc. Distant suffering: morality, media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CASTRO, Elaine. O sertanismo. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/osertanismo.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv [online]. 2010, vol.8, n.1, pp.607-630. ISSN 1692-715X.

CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

FREIRE FILHO, João; DOS ANJOS, Júlia. Jornalismo, misoginia e a revitimização da mulher. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2555> Acesso em: 03 março 2022.

GARCIA, Rodrigo. Eles desbravavam o sertão e faziam as leis. Portal da Câmara Municipal de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/bandeirantes-eles-desbravavam-o-sertao-e-faziam-leis/> . Acesso em: 07 março 2022.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: Perder a Mãe. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021 [2007].

LUIZA, Franco. Borba Gato e os bandeirantes: do mito à desconstrução. Nexo Jornal, 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/07/26/Borba-Gato-e-os-bandeirantes-do-mito-%C3%A0-desconstru%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 05 março 2022.

MEGALE, Heitor. O horizonte da língua portuguesa. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-horizonte-da-lingua-bandeirante/> Acesso em: 03 março 2022.

MONTE, Lucas Araújo. Os limites de contestação à democracia e a contradição da teoria procedimental em Bobbio e Dahl. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/05/teoria-procedimental.html> Acesso em: 10 março 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultur%20Onegra.pdf Acesso em: 05 fev. 2022.

RIBEIRO, Deivide Júlio. Borba Gato e as disputas pelas identidades e memórias do país. Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, 2021. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/2021/08/04/borba-gato-e-as-disputas-pela-identidades-e-memorias-do-pais/> Acesso em: 05 março 2022.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf> Acesso em: 05 março 2022.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidad y la contribución a la crítica feminista a la ciencia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/?lang=pt> Acesso em: 02 outubro 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?format=html&lang=pt> Acesso em: 12 março 2022.